Sarney deverá mudar o Ministério em fevereiro

CARLOS CHAGAS

O presidente José Sarney já decidiu: reformará o Ministério em fevereiro. Manterá os ministros militares, continuará com Dílson Funaro no comando da execução da política econômica, poderá aproveitar alguns ministros que não se candidatarão a postos eletivos em 1986, mas promoverá reforma ampla. Comporá o seu governo. Os que permanecerem será decisão sua, havendo possibilidade de deslocamentos.

Não haverá anúncio antecipado da reforma. Apenas a partir de janeiro o presidente equacionará definitivamente suas opções para as mudanças. Ele chegou a pensar numa minirreforma, para logo depois das eleições de 15 de novembro. Concluiu, porém, que se assim agisse teria de promover outra minirreforma em fevereiro, quando vence o prazo de desincompatibilização para os ministros não-parlamentares que disputarão vagas na Assembléia Nacional Constituinte e nos governos estaduais. E outra alteração, em maio, quando deixarão suas funções os ministros com mandato legislativo. Optou, então, pela coluna do meio, isto é, por estruturar em fevereiro aquele que será o seu Ministério, já que o atual foi escolhido por Tancredo Neves.

Haverá renúncia coletiva do Ministério, iniciativa que começa a ser costurada pelo chefe do Gabinete Civil, José Hugo Castelo Branco. Todos os ministros, até mesmo os militares, colocarão seus cargos à disposição, em fevereiro — mesmo os parlamentares, necessitados de sair apenas em maio.

Sem traumas, crises ou soluções homeopáticas, ficará o presidente em condições de montar, um ano depois de sua posse, a sua verdadeira equipe de governo. Mesmo disposto a não avançar nada, por enquanto, ele deu o sinal do que vai ocorrer, em seu pronunciamento de terça-feira, pela televisão, quando acentuou: "tive que governar com forças heterogêneas, com equipes diversas, com uma administração desarticulada que herdei do passado". De forma natural, abre-se agora a possibilidade de ele formar uma equipe mais homogênea, ainda que baseada nos partidos que o apóiam, o PMDB, o PFL e a dissidência do PDS.

A partir daí, tudo são dúvidas. Permanecerão, com certeza, os ministros Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, Henrique Sabóia, da Marinha, Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, José Maria do Amaral Oliveira, do EMFA, Bayma Denys, do Gabiente Militar, Ivan de Souza Mendes, do SNI, e Dílson Funaro, da Fazenda.

Muito provavelmente ficará também Marco Maciel, da Educação, ainda que constitua uma hipótese para o Gabinete Civil, que não continuará ocupado por José Hugo Castelo Branco, provável candidato à Constituinte ou, também, a presidir o BNDES. Aluísio Alves, da Administração, é outra alternativa para o Gabinete Civil, se ficar, assim como Roberto Gusmão, da Indústria e do Comércio, se não se inclinar por um mandato de deputado federal por São Paulo. Há ministros dispostos a ficar, dependendo de receber um convite de Sarney: Afonso Camargo Netto, dos Transportes, Aluísio Pimenta, da Cultura, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, este caso não se disponha a concorrer ao Senado ou ao governo da Bahia, outra vez.

Deixarão seus ministérios Fernando Lyra, da Justiça, função para a qual estão colocados Paulo Brossard, atual consultor-geral da República,e Célio Borja, assessor especial da Presidência. Olavo Setúbal, das Relações Exteriores,apesar de sempre elogiado pelo presidente, em seu desempenho, está de malas prontas para disputar o governo de São Paulo. As especulações variam quanto ao seu substituto: há quem fale em Fernando Henrique Cardoso, caso derrotado dia 15 ,nas eleições para a Prefeitura de São Paulo, como também em soluções internas, isto é, no aproveitamento de um embaixador de carreira. Entre nomes possíveis estão os de Paulo de Tarso Flexa de Lima, Sérgio Correia da Costa, Ítalo Zappa e outros. O senador Luiz Vianna Filho poderia ser uma saída, caso aderisse formalmente ao governo.

Também o senador Carlos Chiarelli, do PFL, é tido como ministeriável, tendo em vista que não precisará submeter-se a eleição, no ano que vem. Seu mandato vai até 1990, e suas possibilidades estariam mais no Ministério da Previdência Social do que no do Trabalho, apesar de **expert** em questões trabalhistas.

Coisa parecida acontece com o senador Jorge Konder Bornhausen, opção para o Minsitério da Educação, na hipótese do deslocamento de Marco Maciel.

Seria mero exercício especulativo alinhar nomes de possíveis ministros, dos citados e de outros, registrando-se, apenas, que sairão, além dos referidos, também Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Pedro Simon, da Agricultura, Almir Pazzianotto, do Trabalho, Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, Carlos Sant'Anna, da Saúde, Ronaldo Costa Couto, do Interior, Waldir Pires, da Previdência Social, Flávio Peixoto, do Desenvolvimento Urbano, Nélson Ribeiro, da Reforma Agrária, João Sayad, do Planejamento, e Paulo Lustosa, da Desburocratização.

O grande problema do presidente José Sarney está em encontrar a nova massa de manobra para compor o seu Ministério. A maioria dos políticos de primeiro nível disputará mandato, em 1986. Poderão ser convocados empresários, mas também entre eles não se verifica grande fartura. Estão de fora os tecnocratas, abrindo-se caminho, ao menos na teoria, para governadores atuais, desde que dispostos a sacrificar tanto o seu período final de administração quanto mandatos eletivos.

Empresários apóiam a decisão de crescer

AGÊNCIA ESTADO

O pronunciamento de terça-feira do presidente José Sarney causou boa impressão no meio empresarial, principalmente por ter transmitido a convicção do presidente de que o maior inimigo é a recessão. Os empresários são unânimes em afirmar que Sarney conseguiu demonstrar-se tanto otimista quanto consciente da realidade econômica brasileira. O presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul, José Zamprogna, destacou em **Porto Alegre** que a manifestação do presidente "incutiu confiança extraordinária em todo mundo", pois reafirmou a disposição de Sarney de acabar com os "absurdos" que são "os salários de marajás no governo, especialmente no Exterior, e as mordomias". Zamprogna acentuou que os empresários querem produzir e "já demonstraram isso com a retomada dos investimentos", que só se atinge com confiança. Por sua vez, o presidente da Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, frisou que "o País dará certo", como afirmou Sarney, mas só se "persistirmos na orientação que, queiram ou não os descrentes sistemáticos, vai apresnetando seus primeiros frutos".

Também Luís Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, comentou ontem em **Brasília** que Sarney "refletiu a realidade do Brasil", por ter deixado claro seu otimismo com a economia. Para Vidigal, "temos razões para ser otimistas, porque a economia brasileira realmente reagiu de uma maneira satisfatória". O presidente da Fiesp arriscou ainda o palpite de que os empresários já estão retomando os investimentos. Em São Paulo, na área das indústrias — afirmou Vidigal —, "a economia está nos trilhos".

Para Szajman, o "estar nos trilhos" mencionado por Sarney significa ter condições de dar certo, mas "nada cairá do céu". Segundo o presidente da Fecesp, será preciso muito trabalho, muita paciência e perseverança. Mais importante que os indicadores econômicos, que "começam a melhorar" são "os rumos, os caminhos que decidimos trilhar para que esses indicadores permaneçam em alta" — salientou Szajman, lembrando ser necessário manter "a participação, o esforço e os sacrifícios de toda a sociedade". O empresário chegou até a enviar um telex de felicitações a Sarney por ter transmitido, em seu pronunciamento, "franqueza, simplicidade e espontaneidade humana", que, junto com "a elegância da linguagem e a substância da mensagem, estabeleceram um clima de confiança fraterna de que há muito tempo não tínhamos experiência".

Com um telegrama também o presidente do Sindicato da Construção Pesada de Minas Gerais, Ramos Ferreira, felicitou Sarney pelo pronunciamento de terça-feira, ressaltando que a "tranquilidade e esperança" que o presidente da República tem transmitido possibilitaram que as empresas associadas à entidade retirassem "da situação de subemprego 30 mil famílias". Ainda o vice-presidente da Associação Comercial de Minas, José Holanda de Freitas, declarou que Sarney "demonstrou amadurecimento como pessoa e maior familiaridade com os problemas brasileiros". O "fim da servidão e da subserviência aos credores internacionais" foi destacado em **Belo Horizonte** pelo empresário Guilherme Soares, do setor cimenteiro e presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas, ao comentar o desaparecimento de auditorias de órgãos internacionais no País, citado por Sarney em seu pronunciamento.

Em **Porto Alegre**, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Luís Carlos Mandelli, afirmou que os empresários consideram muito bom que Sarney tenha consciência do perigo que a recessão representa para o País e esperam que o governo "mantenha a atual política econômica, sem cair no risco de euforia, pois então teríamos uma política desenvolvimentista que poderá alimentar a inflação". José Zamprogna, da Associação do Aço, confirmando que o Brasil "tem tudo para crescer", citou como exemplo o caso da agricultura, que "cresceu espetacularmente", mas advertiu, no entanto, que falta ao governo mostrar com clareza o sentido que dará à política econômica, "se a prioridade será o mercado interno ou o externo".

O crescimento e o reaquecimento da economia foram os pontos mais importantes do discurso de Sarney, na opinião do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco. "A garantia dos investimentos na área social também nos preocupava e, com o discurso do presidente, ficamos confiantes" — disse. Os investimentos na área social beneficiam indiretamente a indústria, uma vez que são ativados setores como alimentação e habitação. Albano Franco afirmou também que toda a expectativa gerada pelo governo é muito positiva, e o controle da inflação, com a queda do índice de 330% previsto no início do ano, foi um dos reponsáveis pelos reinvestimentos na economia, em sua opinião.

O presidente da CNI acredita que o governo já obteve um sucesso relativo na redução da taxa de juros, ressalvando que é "necessária uma queda muito maior que 7%". Essa redução também incentivará novos investimentos, de cuja necessidade, ainda assim, "o empresariado já está consciente e convencido". Apesar de acreditarem que o governo não perderá o controle da inflação, os empresários esperam que ele empreenda um tratamento mais rígido do déficit público.

"Que país é este?"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pronunciamento que o presidente José Sarney fez na noite de terça-feira por cadeia de rádio e tevê foi elogiado ontem, na Câmara dos Deputados, visto como motivo de "ufanismo" para o Brasil e até como marco inicial do "sarneyismo", mas também criticado por seu tom "excessivamente otimista".

As maiores críticas foram feitas pelo PT e pelo PDT. O líder petista Djalma Bom (SP) disse que as palavras de Sarney lembraram "a famosa pergunta: Que país é este?". Para ele, o presidente da República falou do "Brasil rico", porque suas palavras "contrastam com a justa insatisfação de milhares de trabalhadores em greve, em São Paulo e em outros pontos do País".

Pela liderança do PDT, Sérgio Lomba (RJ) lamentou que o presidente não tenha deixado para falar à Nação após o dia 15. Tendo falado antes, "pairará sempre uma dúvida quanto ao aproveitamento do momento eleitoral", tanto mais por ter dito que gostaria que votassem nos candidatos da Aliança Democrática, concluiu Lomba.

Rebatendo as acusações pela liderança do PMDB, José Carlos Vasconcelos (PE) afirmou que o "PT recusa-se a ver os ganhos já alcançados, em tão curto espaço de tempo, nos campos político, econômico e social". "São uma realidade", disse ele, enumerando vários deles, como a eleição direta para presidente da República e a reativação da economia.

Celso Barros (PFL-PI), referindo-se à expressão "ufanismo", ironicamente usada pelo líder do PT, disse que realmente o presidente Sarney mostrara que os brasileiros têm agora motivos para "ufanar-se do Brasil", e o vice-líder de plantão no PTB, Roberto Jefferson (RJ), afirmou que o discurso "marcou o início do sarneyismo".

SENADO

O líder do PMDB no Senado, Hélio Gueiros, considerou o discurso de Sarney convincente e realista, de vez que baseado em dados objetivos fornecidos pelo ministro Dílson Funaro. Gueiros destacou que o presidente se mostrou identificado com os problemas do País, "desembaraçado na busca de soluções e consciente de que o respaldo que busca e consegue junto à opinião pública é importante para fortalecer sua posição".

Já o presidente do PDS, senador Amaral Peixoto, disse que as informações que recebe da área financeira não justificam o otimismo do presidente. "Achei-o otimista demais, feito para inspirar confiança. Mas o déficit do orçamento será de, no mínimo, 250 trilhões de cruzeiros. Se isto se confirmar, qual será a inflação?" — indagava, preocupado.